



MODOS DE VIOLÊNCIA E OPRESSÃO NO MUNDO BÍBLICO

William R. Cazavechia¹

Luiz Alexandre Solano Rossi²

RESUMO: : Israel ou o Reino do Norte é caracterizado pela injustiça. A pesquisa consiste em descrever como o imperialismo assírio fomentava tal situação. O abandono dos princípios da Aliança por parte de Israel é evidenciado pelas narrativas bíblicas de luta, opressão e violência. O militarismo assírio veio a ser um grande aliado desta situação nos diversos âmbitos da sociedade desse pequeno Estado, porquanto o objetivo de um império é que seus vassalos reflitam seus valores e costumes.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo; militarismo; dominação.

VIOLENCE FORMS AND OPPRESSION IN THE BIBLICAL WORLD

ABSTRACT: Israel or the north kingdom is characterized by injustice. This research consists of describing how the Assyrian Empire fomented such a situation. The abandon of the Alliance principles by Israel is evidenced by the biblical narratives of fights, oppression and violence. The Assyrian militarism became an important allied of this situation in several sectors of this small state society since the objective of an Empire is that its subjects think about its values and customs.

KEYWORDS: Imperialism, militarism, domination.

¹ Acadêmico do Curso de Teologia do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá, Programa de Iniciação Científica do CESUMAR (PICC)

² Orientador e Docente do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá



1. INTRODUÇÃO

As conseqüências do cisma na monarquia hebréia foram desastrosas. Divididos, os reinos do Norte e do Sul não tinham forças para estabelecer estruturas suficientemente eficazes para uma autonomia relevante, quer interna quer externamente. A divisão reduziu a monarquia israelita a dois Estados rivais de importância secundária. Conflitos internos e externos, em meio ao despertar de novos impérios, tornaram-se freqüentes e prejudicavam a ambos. Tais ocorrências corroboravam uma situação de instabilidade política, econômica, cultural e religiosa que, como visto no decorrer da história, configurou-se como irreversível. Tanto para Israel (Reino do Norte), como para Judá (Reino do Sul), o cisma representa o início de um período de lutas. Ainda que o século oitavo tenha sido marcado por grande prosperidade, tal aparência e riqueza escondem em seu cerne a decadência ético-social e religiosa que solapava Israel. Como diz BRIGTH (2003: 316), "a prosperidade do século oito foi, de fato, um acesso héctico de sua enfermidade mortal".

Embora o clima de vicissitudes estivesse presente nos territórios hebreus, não eram esses seus limites. As circunstâncias no Oriente Próximo eram de instabilidade e desordem nessa época (século VIII). O fato que chama a atenção é que o reordenamento da situação externa a Israel não partiu do Egito, já conhecido por suas dinastias, mas da Mesopotâmia, com o despertar de um império que teve suas forças renovadas e acabou levantando-se com grande imponência militar: o Império Assírio. O levante dos assírios já havia começado alguns séculos antes, com os empreendimentos de Tiglate-Pileser I (1117-1077), mas não com tanta força como nesse período. Israel, ou - como é conhecido - o Reino do Norte, viu-se em meio a esse levante, e, como um Estado sem forças, estava à mercê de um novo senhor. Pelos meados do século oitavo se viu envolvido numa série de acontecimentos, e logo Samaria, sua capital, seria conquistada.

O imperialismo assírio deixou marcas por suas ações violentas e por sua força militar. Era um império mercantil-escravista, que, evidentemente, impunha seus valores através de uma cultura bélica hegemônica. As narrativas bíblicas estão repletas de situações que revelam a violência e a opressão, e compreender a ação da Assíria oferece condições para o entendimento destes textos nas circunstâncias vitais próprias dos autores. A Assíria foi o império que subordinou e devastou Israel e o transformou em província governada diretamente.

Os modos de violência e opressão no mundo bíblico são constantes. A conclusão a que chegamos quando lemos grande parte dos textos bíblicos é que a situação de dominação, de opressão e de violência, seja interna seja externa, era uma característica pertencente ao Estado de Israel. Conquanto fosse um Estado que pagava tributos (à Assíria), a presença dos empobrecidos era sinal de que alguns se haviam enriquecido demasiadamente, a injustiça era inalterável e manifesta em todos os âmbitos sociais, enquanto a presença das vítimas passava a ser um incômodo. Obviamente, a Aliança havia sido quebrada, afinal a pobreza bíblica não provinha de nenhuma estipulação da Lei, da teologia ou da vontade do Criador, mas era o resultado da violência e da injustiça.

A Assíria tinha então o domínio de todo o Oriente Próximo. Tal fato não pode ser desconsiderado, afinal, contribuía largamente para que a injustiça se perpetuasse. Entretanto, como as estruturas de dominação assírias se concretizaram em Israel e como os profetas reagiram em meio ao emaranhado de conflitos, tanto internos como externos, vem a ser o foco desta pesquisa. Trata-se de investigar o contexto histórico onde se desenvolve a revelação divina, porquanto a apreensão das variáveis semânticas - que pode vir a ser uma iniciativa futura - está interligada a tal esforço e seria, outrossim, um ponto essencial para a compreensão de temas como pobre, injustiça, violência, opressão, etc. apresentados na literatura profética e sapiencial em uma linguagem tão concreta.

2. O IMPERIALISMO ASSÍRIO: O SURGIMENTO DE UM NOVO IMPÉRIO

Imperialismo pode ser entendido como a "política de um Estado que se propõe a estabelecer um controle para além de suas fronteiras sobre um povo que se nega a aceitar tal controle" (GARMUS, 1989:7). É um fenômeno tão antigo quanto a civilização. A Assíria foi um império. O Mundo Antigo o conheceu em todo o seu poder por volta da segunda metade do século VIII sob Tiglat-Pileser III (745-727), que, de acordo com GUNNEWEG (2005: 183), tornou-se o verdadeiro fundador do Império Assírio. Não se contentou com campanhas ocasionais contra pequenos Estados para obrigá-los a pagar tributos: suas campanhas eram subsidiadas por uma política que visava à submissão definitiva e completa das regiões conquistadas. Sobretudo, o período de ascensão assíria percorre séculos - mais precisamente, do século IX ao VII. Antes desses séculos seu militarismo¹ traduziu-se em incursões de surpresa que não visavam a conquistas permanentes. Embora Tiglate-Pileser I te-

¹ Segundo RIBEIRO (1987: 101), o surgimento do militarismo expansionista pode ser explicado por pressões internas decorrentes do crescimento da população interna ou por causa da impressão aguerrida que subjugações sofridas anteriormente deixaram. As crescentes exigências do consumo já não eram satisfeitas pela livre troca comercial. "Daí a necessidade do uso da força militar para regularizar o abastecimento" (GARMUS, 1989:9)

nha vencido a Babilônia numa campanha terrivelmente dura e atingido o Mediterrâneo por volta de 1100 a.C., seus sucessores foram fracos. A Assíria não conseguiu manter-se para além do Eufrates. Faltava ainda uma concepção político-militar clara, sem a qual um império não pode surgir, muito menos subsistir². As guerras de expansão, segundo TOYNBEE (1978:197), tiveram início por volta de 932 a.C., e os ocupantes arameus da Mesopotâmia foram suas primeiras vítimas. O início do império encontra-se no período de governo de Adadnirari II (912-891). O interesse era a incorporação definitiva das regiões conquistadas ao Estado assírio. Nesse sentido DONNER (1997: 339) afirma:

“A novidade (...) consistia em não as deixar por conta própria, depois de as ter conquistado e obrigado a pagar tributo, mas em passar a incorporá-las administrativamente em seu império, como províncias com governadores assírios e guarnições. (...) Adadnirari II colocou por assim dizer a pedra fundamental para o clássico sistema provincial assírio que os soberanos dos séculos seguintes continuaram a erigir passo a passo”.

Assur-nasir-pal II (883-859), neto de Adadnirari, representa o primeiro ponto alto da história do Império. Com sua política expansionista levou a Assíria ao Mediterrâneo; atingiu a Síria e Fenícia (Arvate, Biblos, Tiro e Sidom) e lhes impôs pesados tributos. Embora não tenha conseguido transferir o sistema provincial para fora da Mesopotâmia, continuou a montar ao seu redor um grande cinturão de Estados vassallos. Ademais, reconstruía cidades destruídas, ocupava-as com guarnições e as utilizava como bases de ação assíria³.

O método assírio de construção do império era mais brutal e devastador do que os métodos egípcios⁴. O levante surpreendente deste novo império está marcado pela violência de seu militarismo. O sucessor e filho de Assur-nasir-pal II, Salmanasar III (859-824 a.C.), continuou sua prática agressiva. Lançou-se para o Sul através da Síria. Em sua campanha em 853 a.C. veio de Ninive até Hamat capturando e saqueando. Entrou em conflito direto com uma

coalizão⁵ em Cárcar sobre o Orontes. A coalizão antiassíria no momento conseguiu sua finalidade, pois temporariamente venceu, e somente cinco anos depois Salmanasar fez nova tentativa. Não obstante, nada ficou definido. A coalizão antiassíria entrou em conflito diversas vezes, devido às investidas do soberano assírio em várias campanhas, e temporariamente não lhe permitiu alcançar seus intentos. Sobre tudo em 841, o ano da mais séria campanha, o exército assírio devastou o sul, derrotou os arameus e cercou Damasco, que por sua vez, sob Hazael, não capitulou. BRIGTH (2003: 310) diz que “Salmanasar fez uma incursão para o Sul até Hauran, e para o oeste até o mar, ao longo do litoral fenício, extorquindo tributo de Tiro e Sidom, bem como de Jeú de Israel durante a passagem. Mas ainda não tinham vindo para ficar”. Em sua excursão, de acordo com AHARONI (1999: 96-99), destruiu várias cidades. Em direção ao Ocidente destruiu Bete-Arbel e Hasor, alcançou a montanha de “Baalirasi” e colocou ali sua estátua⁶. Ali recebeu tributos - como já afirmado - de Tiro e de Israel, pois as fronteiras dos dois Estados passavam por aquele monte. Esse era o seu maior intento. Invadiu pela primeira vez a Síria Central, que até então não havia sido tocada pela expansão assíria. Demonstrou, segundo DONNER (1997:341), para todos os lados, o poder da Assíria; empreendeu “não menos que 27 campanhas, arrecadou infindáveis tributos e fez o território assírio avançar para o oeste através da subjugação de Bit-Adini, que lhe obstrui o caminho para oeste”.

Adadnirari III (811-784), sucessor de Salmanasar III, assumiu a mesma política agressiva. Empenhou-se em várias campanhas contra os arameus. Em 802 a.C., aproximadamente, Damasco enfim foi esmagada e ficou sujeita a onerosos tributos⁷. Israel não foi atingido diretamente, pois Adadnirari III, em seus últimos anos, ocupou-se com outras regiões ao norte. Seus sucessores Salmanasar IV (783-774), Assurdan III (773-756) e Assur-nirari V (755-745) foram incapazes de se manter a oeste do Eufrates, principalmente devido às investidas de Urartur ao norte, aliado a alguns países sírios. Foram, ademais, perturbados por uma série de agitações internas, que perduraram até a metade do século VIII a.C.⁸

² “As forças de Tiglate-Pileser estavam ocupadas por infindáveis combates contra arameus. As perdas humanas e materiais da Assíria devem ter sido enormes. Desse modo, a primeira tentativa ruiu. Os fracos sucessores de Tiglate-Pileser não tinham condições de continuar a política expansionista”. Cf. DONNER, 1997: 338;

³ Segundo DONNER (1997: 340), uma novidade nas práticas assírias.

⁴ (TOYNBEE 1978:197)

⁵ Doze dinastias estavam envolvidas. Os líderes recrutaram membros da Círcia até Amom e parecem ter recebido apoio egípcio – Adadezer de Damasco, Irhuleni de Hamat e Acab de Israel. (BRIGTH, 2003: 297);

⁶ Provavelmente seja o monte Carmelo, centro de adoração de Baal.

⁷ As regiões próximas também foram alvos dos tributos, como Israel, Tiro, Sidom, Edom e outros (BRIGTH 2003:312).

⁸ “Trata-se de modo geral de uma revolta de antigas províncias geradas pela conquista, ou de uma revolta da pequena nobreza contra os detentores dos altos cargos do Estado” (GARMUS, 1989:11)

Após este período de fraqueza Tiglate-Pileser III (745-727), o verdadeiro fundador do novo Império, ascendeu ao trono assírio. De acordo com GARMUS (1989:11), estavam em conflito duas concepções de império: a tradicional, baseada na antiga realeza, e a nova, baseada na nobreza de mercadores. A Assíria precisava, segundo DONNER (1997: 344), “de uma concepção clara e objetiva e de um homem que a soubesse interpretar e manejar soberanamente para aumentar o império”. Foi Tiglate-Pileser que assim o fez. Realizou uma reforma administrativa que centralizou o poder assírio. Sua ambição eram as terras além do Eufrates, por causa da madeira e minerais e, sobretudo, porque eram portas para o Egito, a sudoeste da Ásia Menor, e para o comércio do Mediterrâneo. Foi em uma de suas campanhas para oeste que Israel sucumbiu. Suas campanhas não visavam apenas vincular pequenos estados e extorquir tributos numa relação de vassalagem, mas sim, realizar a conquista permanente. Além de cobrar tributos, em caso de rebelião deportava os culpados e incorporava suas terras às províncias do Império. Segundo BRIGTH (2003:328), três palavras descrevem as investidas da Assíria nesse período, “conquistar, ocupar, dominar”⁹. Desenvolveu um sistema de aniquilação da autonomia política dos vassallos, com o objetivo de incorporá-los na estrutura das províncias assírias. Com o objetivo de dominar o território de acesso ao Egito, sua primeira campanha, em 738 a.C., fez da Síria e da Fenícia seus vassallos. Em sua segunda campanha, em 734 a.C., Tiglat-Pileser foi até Gaza (Israel também foi atingido). Nesta campanha anexou pequenas províncias, como Dor, Megido e Gileade. Israel ficou reduzido às montanhas de Efraim. A prática do imperialismo assírio era a de afastar e neutralizar os líderes com a intenção de dismantelar a vida pública (PIXELEY, 2002:63ss.).

AHARONI (1999:113) diz que a política assíria tornou necessária a organização dos territórios recém-conquistados em distritos sob governadores fiéis. Isto não impediu a continuação de algumas dinastias locais em estados-chave¹⁰. Todavia, estados que causassem problemas não poderiam sobreviver. De acordo com o autor:

“Damasco, porém, causara problemas excessivos para que a dinastia pudesse sobreviver. Seu território foi dividido em quatro províncias. O território tomado de Israel teve um destino similar. A Alta Galiléia, ou a maior parte dela, foi provavelmente entregue a Tiro. Um governador assírio veio a ser instalado no recém-reconstruído centro administrativo de Megido. A província de Megido abrangia principalmente os Vales de Jezreel e Bete-Seã e, provavelmente, também a Alta Galiléia. A Transjordânia tornou-se a província de Gileade” (*Ibidem*).

A costa fenícia não foi transformada em província pela necessidade de sua manutenção. Os fenícios desfrutavam de certos cuidados, porquanto a Assíria continuava valendo-se de sua ampla rede de relações comerciais. Os assírios mantiveram, também ao sul, estados meio autônomos, a fim de que não houvesse contatos diretos das fronteiras assírias com as do Egito e outras, como as de Edom, por motivos econômicos (DONNER, 1997:342). Tiglate-Pileser III e seus sucessores unificaram paulatinamente todo o Oriente Próximo. Certamente foi um resultado que mudou o cenário do corredor sírio-palestino. A cultura bélica imposta pelos assírios deixou marcas profundas nos Estados com os quais teve contatos e que foram subordinados. Como império mercantil-escravista que era, impôs uma nova formação sociocultural¹¹ - segundo RIBEIRO (1987: 110), “formação social fundada na escravidão da maior parte da mão-de-obra e no fomento do colonialismo mercantil”.

3. ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO

A condição prévia para uma política externa era a formação de um exército forte e permanente, com esquadrões de carros de guerra e cavalaria que pudessem rapidamente ser postos em combate. A Assíria, sob Adadnirari II, desenvolveu esse exército¹². Esse rei, fundamentado numa ideologia religiosa e na premissa de um governo centralista e enérgico, lançou as bases do militarismo assírio. Nas palavras de DONNER (1997: 338):

“O rei, como mandatário do deus imperial Assur, estava à testa de um imenso exército de funcionários civis e milita

⁹ Suas investidas contra os arameus (caudeus) da Babilônia ao Sul, contra o reino de Urartu ao Norte e, contra todo o oeste visavam desenvolver suas potencialidades. Foi bem-sucedido em todas elas. Em 729 a.C. apoderou-se da Babilônia, onde governou com o nome de “Pulu”. Sardur II de Urartu foi derrotado. Assim as armas assírias chegam até o sul do mar Cáspio. Já as investidas contra o oeste foram constantes e já em 738 a.C. vários Estados pagavam tributos a eles, “a maioria dos Estados da Síria e do norte da Palestina até Emat, Tiro, Biblos, Damasco e Israel”.

¹⁰ Tais como Tiro e cidades importantes da filistia, como Gaza, Asquelom, Asdode e Ecom. Israel sob Oséias era tributário e encarregado de manter a lealdade de seus súditos.

¹¹ “Sua base tecnológica consistiu, essencialmente, na generalização e no aprimoramento da metalurgia, do ferro forjado para fabricação de ferramentas, armas, machados, pontas de arado, rodas e eixos e partes metálicas de embarcações, e ainda da moeda cunhada, dos carros de transporte e de guerra, dos barcos mercantes e de guerra, do alfabeto fonético e da numeração decimal”. (RIBEIRO 1987: 109)

¹² Segundo GARMUS (1989:10), “a tecnologia do ferro, além dos carros de guerra, fornecia armamento mais barato e eficiente, como arcos com flechas de ponta de ferro, e lanças”.

res, que eram obrigados a lhe prestar contas da mesma forma que ele a Deus. A isso somou-se, como condição prévia da política externa imperialista, a formação e a manutenção de um exército permanente de grande força combativa, com destacamentos de carros de guerra e, pela primeira vez, também com uma cavalaria, que podia entrar em combate com extrema rapidez e eficácia”.

O militarismo assírio, estruturado com um exército grande e poderoso, era conhecido por sua impiedade. Aos reis ou aos oficiais não era estranha a crueldade. As rebeliões eram sempre abafadas através da força. Sob Salmanasar III a Assíria espalhou o terror sobre o Mediterrâneo. Assim criou-se a partir dele o “mito da crueldade assíria”: “Para impor-se aos adversários, costumava empilhar pirâmides de cabeças diante das portas das cidades conquistadas ou empalar adversários”¹³.

Certamente estas marcas percorreram toda a história do levante desse império. Onde encontravam resistências deixavam mortos e terra queimada. “As unidades de tropas assírias foram, durante séculos, o pavor dos povos do Oriente Antigo” (DONNER, 1997:339). Embora os níveis de dominação do sistema assírio variem, a prática da violência incorporada no exército sempre esteve presente. Essa variação acontece devido ao procedimento assírio de dominação que se pode chamar de “estágios”. A dominação e aniquilação da autonomia políticas dos vassallos a partir das inovações feitas por Tiglat-Pileser III aconteciam em três estágios diferentes, a saber: 1) estágio em que se constitui o relacionamento de vassalagem; 2) estágio em que, no caso de suspeita de conspiração, era instalado um vassallo pró-assírio; e 3) estágio em que, no caso de um empreendimento antiassírio, a autonomia política era eliminada e o estado vassallo passava a ser uma província assíria. Todavia, as subordinações dos Estados não obedeciam necessariamente a essa ordem. Eram as situações e as diferentes reações que determinavam a ação dos assírios. Ademais, é necessário ressaltar que em todos os estágios a presença e a ação avassaladora do exército eram fundamentais: em um primeiro momento, a demonstração do poderio militar assírio; em um segundo, apenas uma intervenção militar violenta; em um terceiro, a ocupação militar definitiva.

Esta política de dominação tem raízes econômicas, sociais,

político-militares e religioso-ideológicas que repercutem nestas áreas da vida dos países subordinados ao Império assírio. Vejamos, a partir de uma análise feita por GARMUS (1989:14-18), como esses vários âmbitos podem nos ajudar a compreender como a dominação acontece.

A política expansionista assíria tendia a eliminar a independência dos vassallos inadimplentes. Para que os negócios do Império assim fossem conduzidos havia duas administrações, uma central e outra provincial. A administração central estava diretamente ligada à figura do rei, e era composta por um corpo de administradores experientes¹⁴. Os detentores de títulos de nobreza, além de funções no palácio, administravam províncias periféricas do Império, enquanto a administração provincial era confiada a um governador ou “chefe de circunscrição”. Ele dispunha de tropas para manter a ordem e garantir a cobrança de impostos, entrega de matérias-primas e recrutamento para corvéia e exército. As províncias deveriam enviar relatórios à corte, que os verificava por meio de inspetores enviados da metrópole¹⁵.

A economia era baseada no recolhimento de tributos. O imperialismo escravista assírio significou, como outros, a transferência de riquezas das sociedades mais fracas e pobres para suas próprias cortes abastadas. O tributo empobrece o povo, sobretudo o camponês, embora, quando taxada sob a força de um militarismo estrangeiro, a nação inteira sofra. A situação de Israel piorou quando sobreveio o pesado tributo imposto pelos assírios. Por exemplo, Jeú pagou pesado tributo a Salmanasar III e Menaém pagou a Tiglat-Pileser III. A expansão do comércio assírio acompanhava a expansão geográfica e beneficiava as classes dirigentes¹⁶.

Dentro da sociedade assíria podem-se observar cinco classes diferenciadas: nobres, organizadores comerciais (*tamkaru*), operários e camponeses livres, servos da gleba e escravos. Com a prática assíria de transferir a classe dirigente e reduzi-la a escravos de latifundiários e artesãos do templo, associada com a transferência de colonos e soldados assírios para as terras conquistadas, alterava-se a composição étnica do Estado tributário. No escravismo assírio destaca-se a classe dos *tamkaru*. “Eles compravam e vendiam escravos, matérias-primas, artesanato de luxo, bens de consumo e cobravam certas taxas em nome do governo, disputavam mercadorias e forçavam assim a dilatação do império”¹⁷.

¹³ *Ibidem...*

¹⁴ A hierarquia até o reinado de Salmanasar V era a seguinte: o rei, o general, o arauto do palácio, administrador dos templos, governadores das províncias, precedidos pelo governador de Assur.

¹⁵ GARMUS, Ludovico. *O Imperialismo: estrutura de dominação*, p.16;

¹⁶ *Ibidem...* p.14; “O rei cobrou esta quantia (35 mil quilos de prata de Manaém) dos cerca de 70 mil cidadãos mais abastados do país, que por sua vez repassaram a quantia aos camponeses e trabalhadores mais pobres”.

¹⁷ *Ibidem...* p.16;

No âmbito ideológico da estrutura administrativa estava a religião. O rei estava no topo de toda a administração. Considerava-se o sacerdote de Assur e seu dever era ampliar os domínios de seu Senhor. Deveria prestar contas a Assur de suas ações e os povos deveriam reconhecer sua autoridade; por isso, segundo as palavras de GARMUS (1989:17):

“nenhum tratado de aliança, com exceção do feito com Babilônia, era feito em pé de igualdade. (...) Assim, o domínio de Assur tornava-se praticamente extensível ao mundo, e seu representante na terra se achava investido de um poder de dominação universal. Uma das cláusulas desse tratado define a figura do soberano absoluto: Ele será vosso rei e vosso senhor. Ele pode abaixar o poderoso e elevar o fraco, condenar à morte quem o mereça e agraciá-lo quem possa sê-lo. Ouvireis tudo o que ele disser e fareis tudo o que ele ordenar. Não induzireis nenhum outro rei, nenhum outro senhor contra ele”.

A coesão do império era mantida pela religião. Todos que tivessem alguma função, fosse administrativa, militar ou social, deveriam jurar fidelidade ao rei diante das imagens do deus Assur. Tal atitude significava vingança em caso de violação.

Destarte, a forma como a Assíria impunha sua cultura bélica a Estados menores, além de violenta, era bem-estruturada e estava enraizada no próprio modelo de sociedade. A intervenção militar proporcionava condições para imposição de todo esse modelo de economia, política, sociedade e religião. A submissão não acontecia apenas em um dos âmbitos. Os subordinados eram, em todos os âmbitos, obrigados a se submeter ao domínio assírio, ou seja, estavam sob a administração central e provincial, eram tributários, tinham as mesmas camadas sociais e eram súditos do deus Assur. Ademais, o militarismo estava vinculado com o fenômeno religioso, e os dois pertenciam ao embasamento ideológico¹⁸. Assim sendo, segundo RAMÍREZ (1991:10), “o militarismo faz uso do fenômeno religioso para conseguir seus fins, também a religião, em determinadas circunstâncias, assume características militares”.

4. ISRAEL SOB O IMPERIALISMO ASSÍRIO

Embora muito antes do levante e organização imperial realiza-

dos por Tiglat-Pileser III o corredor sírio-palestino já tenha sofrido com o peso dos tributos assírios, foi durante seu reinado que sentiu os verdadeiros efeitos da presença assíria. Israel, que estava num terreno mais “aberto e convidativo para potências estrangeiras que contemplavam suas rotas estratégicas de comunicação e suas ricas safras de cereais” (GOTTWALD, 1988:330) foi obrigado a manter relações para não ser dizimado em um primeiro momento. A intenção de Tiglat-Pileser era uma conquista permanente, e para que isso fosse possível destruía todo “sentimento patriótico capaz de alimentar resistência” (BRIGTH, 2003: 328). Portanto, relação com esse Estado significava perda de suas próprias características.

A batalha vencida pela coalizão antiassíria em Cárcar sobre o Orontes teve repercussão entre os pequenos estados. Entretanto, não demorou muito tempo para que se encontrassem novamente como “lindeiros do colosso assírio”¹⁹ e serem tomados pelo pavor. Uma série de estados, entre eles Israel sob o trono de Menaém (747-738), apressaram-se em pagar contribuições ao grande rei assírio, Tiglate-Pileser III, e assegurar-lhe submissão. Deste modo, segundo DONNER (1997: 350), Damasco e Israel realizaram a renovação do primeiro estágio de vassalagem²⁰. De acordo com GARMUS (1989:15) “os pesados tributos pagos pelos reis de Israel à Assíria deterioraram a situação econômica e agravavam a opressão dos ricos sobre os pobres, como se deduz das denúncias dos profetas”.

Outrossim, os conflitos sangrentos em torno do trono de Israel devem estar vinculados à ação da Assíria. Segundo GUNNEWEG (2005: 184):

“Zacarias, filho de Jeroboão, foi assassinado após um reinado muito breve (747/746, 2Rs 15,8-12). Seu assassino, Salum, também pôde se manter no poder somente por poucos meses. Um certo Menaém o assassinou e usurpou o trono de Samaria (2Rs 15,13-16). As breves informações a seu respeito mostram claramente que ele conseguiu impor-se como rei apenas por meio da brutalidade. Como Damasco e outros pequenos estados, também Menaém pagou tributos a Tiglat-Pileser, e ele cobrou esses valores dos latifundiários. O registro a respeito disso (2Rs 15,19-20) não deixa dúvida de que Menaém reinou como vassalo do imperador assírio e foi totalmente depen-

¹⁸Podemos definir ideologia uma como uma concepção particular do mundo a partir de um projeto político-econômico”. Cf. RAMÍREZ, Dagoberto. Militarismo y Religion en el Pueblo. *Ribla: Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.7-13, 1991;

¹⁹ Expressão de Donner. Cf. DONNER, 1997: 350;

²⁰ É possível que Manaém também tivesse segundas intenções: “consolidar sua monarquia talvez ainda frágil, cimentando-a com a autoridade do grande senhor”. Cf. DONNER, 1997: 350;

dente dele”.

Não obstante, por volta do ano de 733 a.C. a política imperialista assíria desencadeou um movimento de revolta. A aliança entre Israel e Damasco foi reafirmada. Facéias (737-736), filho de Menaém e vassalo assírio, foi assassinado por Facéia ben Romolias²¹. Assim os vassalos foram substituídos pela resistência e Facéia assumiu a liderança desse partido antiassírio. Certamente a participação de Judá teria fortalecido a resistência. Entretanto, sob o comando de Acaz (742/41-726/25), o Reino do Sul manteve-se afastado²².

A partir de então se desenvolveu a chamada guerra sírio-efraimita, uma campanha conjunta de arameus e israelitas contra Judá que visava derrubar Acaz e substituí-lo por um monarca favorável à coalizão antiassíria (GUNNEWEG 2005: 184). Foi para Israel, segundo BRIGTH (2003:330), “a caminhada para o desastre”. O cerco a Jerusalém obrigou Acaz a apelar por socorro à Assíria²³. Tiglate-Pileser agiu sem demora. Seu exército marchou contra a coalizão e a destruiu completamente. Damasco foi completamente destruída em 732 a.C. e se transformou em província assíria. Antes disso, porém, em 733 a.C., reduziu Israel a um território remanescente. O Reino do Norte foi reduzido à região de Efraim e ingressou no segundo estágio de vassalagem. Tiglate-Pileser, nas palavras de DONNER (1997: 354):

“Deportou a classe alta urbana das regiões conquistadas “para Assur”, enquanto que a população rural nativa permaneceu no país e, segundo prática assíria corrente, recebeu uma classe alta estrangeira. Tiglate-Pileser não precisou intervir no poder governamental do Estado truncado de Efraim, pois o rei Peca [Facéia], logo após sua derrota, foi vítima de uma conspiração originária do partido favorável a Assur em Samaria. O cabeça da conspiração, um homem chamado Oséias, filho de Ela, foi confirmado por Tiglate-Pileser como dinasta-vassalo dependente do Estado truncado”.

Sobretudo, pouco antes de Tiglate-Pileser ser sucedido por Salmanasar V, Oséias deixa de pagar tributo e pede ajuda aos egípcios (2Rs 17,4). Esse foi um ato suicida do rei israelita, e Samaria

passou a ser mais uma província assíria. Milhares de cidadãos foram deportados para a Alta Mesopotâmia e a Média, enquanto a nova elite assentada pelos assírios provinha da Babilônia, de Hamate e de outras regiões não identificáveis (2Rs 17,24)²⁴. Israel, portanto, conheceu os três estágios de dominação assíria: foi vassalo tributário, teve instituído em seu governo um governante pró-assírio e, por fim, foi transformado em uma província assíria.

A profecia israelita em meio a todos estes acontecimentos os acompanhava com comentários interpretativos e quebrava o silêncio com relação às atrocidades cometidas contra lahweh (Aliança). As tradições proféticas de Amós e Oséias²⁵ têm por pano de fundo esse período de crise enfrentado por Israel devido às vicissitudes causadas pelo domínio assírio. A decadência interna expressava-se na crise política. “Tendo sido esquecida a lei da aliança com seu poder de coesão e suas sanções, tiveram livre curso as rivalidades, as opressões e o interesse desenfreado” (BRIGTH, 2003: 331). Os profetas do período final do Reino do Norte se opunham a essa situação. Atacavam os abusos do momento de uma maneira que se tornou clássica. Uma descrição um pouco mais exaustiva poderia ser feita, entretanto, por enquanto basta saber que os profetas representam a voz da Aliança. Continuaram a tradição de seus predecessores que viveram antes da monarquia e se opunham, ainda, aos profetas profissionais. Concebiam lahweh como exercendo o governo direto do povo, como diz BRIGTH (2003: 323):

“Tratava-se, no verdadeiro sentido da palavra, de uma missão política, porque os profetas falavam como mensageiros da corte celeste de lahweh, como agentes designados do seu império no mundo, sendo seu dever lembrar aos reis e aos oficiais do Estado que o governador real de Israel era lahweh, criticando e corrigindo o Estado à luz da vontade declarada de lahweh. (...) nos meados do século oitavo, quando se tornou evidente que a nação como um todo, por sua má conduta, se havia rebelado completamente contra o domínio de lahweh e quando as próprias ordens proféticas pareciam ter perdido a força ou a vontade de fazer qualquer crítica eficiente, é claro que se fazia mister uma

²¹ *Facéias* é o mesmo que *Pecaías*, e *Facéia ben Romolias* é o mesmo que *Peca, filho de Remalias*. “É possível (cf. Is 9,8-12) que Rason, rei de Damasco, e alguns dos filisteus, procurando organizar a resistência contra a Assíria e notando que Manaém não estava com vontade de aliar-se a eles, tenham atacado Israel e talvez apoiado Facéia, na esperança de levá-lo a seus planos.” (cf. BRIGTH, 2003:330);

²² Em 734 a Assíria realizou campanhas violentas na vizinhança de Judá. Isso demonstrou como o Império assírio lidava com opositores. Para DONNER (1997: 352) “os efeitos dessa aula demonstrativa não deixaram de se fazer sentir”, afinal Acaz se opôs à coalizão antiassíria.

²³ Cf. Is 7,1-8,18; Esse texto relata a consternação que reinava em Jerusalém nesse período.

²⁴ Com o decorrer do tempo se mesclou com a população nativa, o que deu origem mais tarde aos samaritanos.

²⁵ Embora Isaías tenha tido um papel importante, principalmente no período da guerra sírio-efraimita (Is 7), Amós e Oséias são os primeiros representantes de um movimento que duraria séculos, o período clássico da profecia é iniciada por eles.

palavra mais severa. Essa palavra foi trazida pelos profetas clássicos”.

Atacavam o pecado da sociedade e rejeitavam a noção de que o Estado israelita dependia do sangue, no solo e no culto. O que o povo precisava era observar as normas da Aliança. Os anúncios de Amós e Oséias foram compilados e transmitidos em Judá e atualizados de acordo com a situação judaíta, que por sua vez se assemelhava à dos israelitas, uma vez que após a guerra sírio-efraimita também se tornou vassalo da Assíria (GUNNEWEG 2005: 187).

CONCLUSÃO

São possíveis as seguintes conclusões do que até aqui foi apresentado:

O desenvolvimento e as atividades do exército assírio provocaram em todo o Oriente Próximo um clima de terror e medo, devido a sua brutalidade. Esse clima influenciou diretamente os estados menores. Israel sentiu diretamente o impacto devastador desse exército, e a violência e opressão dentro desse estado devem ser observadas também como resultado do imperialismo internacional.

As críticas dos profetas desse período, século VIII, têm como pano de fundo o imperialismo internacional, porquanto estavam do lado dos pobres, ou, se assim podemos chamá-los, marginalizados.

A cultura bélica que a Assíria impunha a seus subordinados reforçava o empobrecimento e opressão da nação. O mantimento do exército e os tributos cobrados certamente não eram tirados dos grandes latifundiários, mas eram jogados sobre o povo, principalmente os camponeses.

As possibilidades de Israel escapar das mãos dos assírios eram quase nulas, pelo fato de a ambição dos governantes assírios alcançar o Egito. Sobretudo, ainda assim o esquecimento dos preceitos da Aliança foi tido pelos profetas como inadmissível.

REFERÊNCIAS

- AHARONI, Yohanan., et al. **Atlas Bíblico**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- BÍBLIA, Portuguesa. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. Nova Edição, Revista e Ampliada.
- BRIGTH, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus, 2003.
- DONNER, Herbert. **História de Israel e dos Povos Vizinhos**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1997. v.2.
- GARMUS, Ludovico. O Imperialismo: estrutura de dominação. *Ribla: Revista de interpretação Bíblica Latino-Americana*, São Paulo, n.3, p.7-20, 1989.
- GOTTWALD, Norman K. **Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica**. São Paulo: Paulus, 1988.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. **Teologia Bíblica do Antigo Testamento. Uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica**. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005.
- LÓPEZ, Rolando. Justiça, Desarme y Paz Internacional. *Ribla: Revista de Interpretacion Bíblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.67-81, 1991.
- MERRIL, Eugene H. **História de Israel no Antigo Testamento**. RJ: CPAD, 2002.
- PIXLEY, Jorge. **A História de Israel a Partir dos Pobres**. RJ, Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- RAMÍREZ, Dagoberto. Militarismo y Religion en el Pueblo. *Ribla: Revista de Interpretacion Bíblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.7-13, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sócio-cultural**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SAMPAIO, Tânia M. V. La Desmilitarizacion y el Resgate de la Dignidad de la Vida en Oseas. *Ribla: Revista de Interpretacion Bíblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.83-96, 1991.
- TOYNBEE, Arnold. **A Humanidade e a Mãe Terra: uma história narrativa do mundo**. RJ: Zahar Editores, 1978.